



## POLÍTICA ÀS MARGENS: UMA DISCUSSÃO SOBRE AÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS FAVELAS E PERIFERIAS DE SÃO PAULO <sup>1</sup>

**Pesquisador:** Jordy Pereira Melo

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Ferreira Tatagiba

**Coorientador:** Rodger Richer

### RESUMO

Este estudo tem o intuito de discutir as relações existentes entre as favelas e periferias de São Paulo e a política, do ponto de vista da ação e da participação, a partir do olhar para as tensões sociais que caracterizam esses territórios. Para isso, na tentativa de encontrar aparatos que me permitissem fazer essa discussão, realizei algumas leituras de textos que abordam os temas que circundam o universo ao qual escolhi pesquisar, e, a partir daí, destaquei quatro atores políticos: o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Movimento das Mães de Maio, alguns artistas de *rap* e os evangélicos. Contextualizei os cenários onde esses atores estão inseridos, mobilizando os conceitos de modelo de Estado penal e autoritarismo social e estabeleci alguns critérios de análise, tomando como referência a Teoria dos Processos Políticos, a fim de compreender os sentidos de suas mobilizações. Além disso, me apropriei de algumas reportagens jornalísticas e de alguns trechos de *rap* que contribuíram para o desenvolvimento dos meus principais argumentos. A saber, o primeiro deles é que, nas favelas e periferias de São Paulo, conforma-se uma rede social plural e complexa, constituída por grupos organizados e cidadãos comuns que se conectam. O segundo é que muitos dos atores analisados vêm cumprindo papéis do Estado, o que tem a ver com a expansão das ideias do projeto político neoliberal. Por fim, argumento que, ao contrário do que se imagina, esses territórios são lugares organizados, capazes de trazer reflexões importantes sobre a questão democrática brasileira.

1

### 1. INTRODUÇÃO

Parti da hipótese de que o olhar para as favelas e periferias é capaz de nos mostrar tensões sociais que trazem à tona a relação que esses espaços têm com a política, do ponto de vista da ação e da participação. O método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica. Investiguei e analisei alguns textos que abordam questões acerca do universo das favelas e periferias de São Paulo, Estado escolhido como recorte territorial da pesquisa. Dentre as leituras realizadas, destacam-se: “Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pósneoliberal” (AZEVEDO et al., 2015); “Irmãos: uma história do PCC” (FELTRAN, 2018); “Na contramão da narrativa oficial: vozes das vítimas dos Crimes de Maio de 2006” (ASSUMPTÃO et al., 2018); “Um mapa das relações entre o *rap* das periferias de São Paulo e o samba” (GARCIA, 2018); e “Evangélicos, mídias e periferias urbanas: questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo” (GARCIA, 2018). Além disso, utilizei algumas reportagens jornalísticas e alguns trechos de *rap* que me auxiliaram no processo de construção da minha escrita. Com isso, procurei responder às seguintes questões: i) quais são as possibilidades de política, no que se refere à ação e à participação, nesses espaços? ii) como essas possibilidades se apresentam? iii) como essa questão vem sendo discutida nas produções científicas? iv) quais casos empíricos vêm sendo mobilizados nessa discussão, bem como quais são seus principais argumentos?

<sup>1</sup> Resumo da pesquisa em Iniciação Científica, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), concluída em setembro de 2020, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH – Unicamp), para o XXVIII Congresso {virtual} de Iniciação Científica da Unicamp.

Uma fração da fundamentação teórica, utilizada para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, me deu pistas sobre como começar. No início, meu olhar, ainda muito limitado, se debruçou por textos que falavam sobre o tema da violência urbana, o que me levou às instituições brasileiras e seus processos de formação de políticas de segurança pública nacionais. Do Brasil, voltei a São Paulo. Vários desses textos citaram uma informação, para mim, bastante instigante: os índices de homicídios do Estado diminuíram depois do surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que, desde 1993, cresceu e passou a organizar o mundo do crime<sup>2</sup> presente não só neste, mas em outros territórios do país.

A partir daí, mergulhei um pouco mais fundo nos debates acerca do mundo do crime das favelas e periferias de São Paulo e, para isso, eu não poderia ter deixado de lado a curiosidade de conhecer a história do PCC. Do surgimento, um ano depois do que ficou conhecido como o Massacre do Carandiru, conheci seus principais lemas. Depois, de como atua e se organiza, refleti sobre a relevância social que a facção tem, bem como a tensão que sua constante expansão e relação com o Estado expressam. Já o compreendendo enquanto ator político, ao final das leituras feitas, percebi que os textos sobre o PCC citam outros três atores, que me chamaram à atenção. Sendo estes: os artistas de *rap*, o Movimento das Mães de Maio e os evangélicos. Portanto, a discussão que me propus a fazer está restrita à perspectiva desses quatro grupos.

Foi então que desenvolvi três argumentos centrais. O primeiro deles é que, nas favelas e periferias de São Paulo, existe uma rede social plural e complexa, caracterizada por grupos organizados e cidadãos comuns que dialogam entre si. Percebi que, por mais distintos que sejam os valores empregados pelos atores estudados, eles estabelecem uma relação, marcada pela percepção de que, no território onde estão, o Estado se faz autoritário e negligente. Assim, cheguei ao meu segundo argumento: muito desses grupos vêm, justamente, buscando preencher o vazio deixado pelo Estado nos espaços onde vivem. Atribuí a responsabilidade desse contexto à expansão do projeto político neoliberal na sociedade brasileira que, além de diminuir a responsabilidade estatal, alimenta uma cultura autoritária, estruturada pelo sexismo, racismo e discriminação à pobreza. Com isso, finalmente argumentei que, ao contrário do que se pensa, as favelas e periferias de São Paulo são lugares organizados, capazes de instigar reflexões importantes acerca da necessidade de aprofundamento democrático no Brasil.

Sustentei esses argumentos, a partir de três contribuições teóricas: o conceito de modelo de Estado penal (FRANCO, 2014); o conceito de autoritarismo social (DAGNINO, 2000); e a Teoria dos Processos Políticos (TARROW, 1998). A seguir, apresento os principais pontos da minha pesquisa, já enfatizando que eles estão mais aprofundados no relatório final desenvolvido para o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da Unicamp, em setembro de 2020. A discussão contou com as contribuições não só promovidas pelas reuniões de orientação, mas também pelos encontros do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Desde 1990, o projeto político neoliberal<sup>3</sup> vêm ganhando espaço no cenário político brasileiro. Marielle Franco (2014) argumenta que isso fez com que as grandes corporações assumissem a administração dos grandes centros urbanos, fazendo desses espaços lugares para as elites. Como consequência, a pobreza não deveria dar as caras e a solução encontrada foi empurrá-la para os territórios populares e para as prisões. É o que a autora chama de modelo de

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Feltran (2011) para se referir às dinâmicas de organização do tráfico de drogas e de roubos das favelas e periferias de São Paulo.

<sup>3</sup> Entendo por projeto político, um conjunto de ideias, construídas em contextos culturais e sociais específicos, que têm o objetivo de orientar como a vida deve ser levada em sociedade. No caso do projeto político neoliberal, trata-se de um conjunto de ideias que, à grosso modo, dá ao setor privado a responsabilidade de exercer funções que deveriam ser exercidas pelo Estado e cobra das autoridades públicas uma menor exigência burocrática, no que se refere à entrada e saída de organizações privadas estrangeiras na dinâmica econômica nacional (DAGNINO, 2006).

Estado penal. Nas favelas e periferias ou no cárcere, por essa lógica, seria possível cercear e controlar as vidas pobres, a partir da justificativa dada pelo discurso do combate às drogas e ao crime.

Evelina Dagnino (2000) desenvolveu o conceito de autoritarismo social para descrever o processo de hierarquização, característico do Brasil, responsável por dispor as pessoas em seus respectivos lugares em função de suas raças, gêneros e condições econômicas. Para a autora, essa forma de operar acaba por estabelecer uma cultura social autoritária. Desse modo, a sociedade brasileira não foi capaz de acompanhar o mesmo ritmo das instituições no movimento de transição à democracia. Não sem razão, a Constituição de 1988 se deparou com contextos político-culturais tão sólidos quanto os escritos da lei.

Juntos, esses dois conceitos me ajudaram a apresentar o contexto político e cultural ao qual me referi nesta pesquisa. Trata-se de uma conjuntura rodeada de percepções neoliberais, responsáveis por reforçar as negligências do Estado, no que se refere à garantia dos direitos e deveres de todos os seus cidadãos. Contudo, a responsabilidade dessa situação também se estende ao problema de uma cultura social autoritária, marcada pelo sexismo, racismo e discriminação à pobreza. Somados, esses fatores legitimam o modo de operar autoritário do Estado, quando este se faz presente dentro das fronteiras das favelas e periferias dos grandes centros urbanos.

A Teoria dos Processos Políticos se preocupou em compreender os motivos pelos quais as pessoas, sejam elas de organizações sociais ou cidadãs comuns, se engajam para confrontar o Estado. Foi esse atrito, entre essas duas partes, que Sidney Tarrow (1998) chamou de confronto político. A mudança dos padrões de oportunidades e restrições políticas importa para que este confronto aconteça. Quando essa variação ocorre, surge a possibilidade de, com o uso de repertórios de ação, criar novas oportunidades que, por sua vez, podem ou não ser utilizadas em ciclos de confrontos mais amplos.

Oportunidades políticas são contextos específicos que fazem com que as pessoas se envolvam no confronto político. São matéria-prima para a ação contra o Estado. Quando as tramas provocam o efeito reverso dessa operação, isto é, desencorajam o confronto, se constrói um cenário de restrições políticas. O surgimento dessas oportunidades e restrições pode se dar por diversos eventos que, por sua vez, variam de enredo para enredo. O produto desse processo também se modifica a depender das forças existentes nos lados conflitantes. Do confronto entre desafiantes e autoridades, podem surgir ciclos de protestos capazes de desafiar opositores poderosos, movimentos sociais, coletivos, associações, irmandades, mas também podem sequer ressoar (TARROW, 1998).

O confronto político também necessita de repertórios de ação, que podem ser compreendidos enquanto um acervo de estratégias de luta, utilizado para a obtenção daquilo que se reivindica (TARROW, 1998). Em alguns casos, é específico de cada grupo. Por isso, seu processo de construção se dá pela história e pela memória. São mobilizados pelo consenso e pela percepção das similaridades, o que faz da identidade coletiva uma característica importante para as associações envolvidas no confronto. É ela a responsável por estruturar laços de afeto e confiança entre as pessoas que resolvem partir para a ação.

Os enquadramentos interpretativos contribuem com o processo de construção dessa identidade coletiva. Eles dão sentido, dignidade e ânimo à ação. Trazem a consciência do que é o “nós” e o “eles”. São transmissões de mensagens ideológicas, geradas com o intuito de expressar as projeções que determinado grupo faz tanto de seus inimigos como de seus aliados. Esses enquadramentos, eventualmente, também têm de competir com a mídia e os grupos que os fazem devem tentar moldar as mensagens transmitidas, a fim de disputar suas convenções. O Estado também enquadra e interpreta questões, possibilitando apoio ou contestação dos enquadramentos interpretativos de seus desafiantes no espaço público (TARROW, 1998).

Estou falando de estruturas de mobilização. É importante olhar para a organização das redes sociais nas quais os atores políticos estão inseridos. Desse modo, podemos compreender melhor os porquês da ação. Da forma como determinado grupo se funda para se mobilizar, podemos identificar suas estruturas conectivas. São elas que influenciam a probabilidade que a ação de um ator tem de influenciar a de outro e, assim, desencadear ciclos

de confrontos mais amplos. A Teoria dos Processos Políticos traz outras características referentes à disputa entre as pessoas e o Estado, mas acredito que o conteúdo apresentado até aqui, para mim, já basta. Ele me ajudou a estabelecer critérios de análise para que eu conseguisse compreender o que há de político na dinâmica de organização dos atores analisados.

### 3. AÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS FAVELAS E PERIFERIAS DE SÃO PAULO

As possibilidades de ação e participação política são amplas e plurais nas favelas e periferias de São Paulo. Expressam uma rede social complexa, caracterizada por experiências e sociabilidades específicas, mas que se conversam. Os atores políticos, apresentados aqui, são diferentes entre si. Cada um, parte à ação com suas particularidades, mas se orientam pela percepção de que há violência e negligência estatais. É isso que dá sentido ao confronto político entre os grupos desse território e o Estado. Não acredito que os exemplos que trouxe para os meus estudos devam ser romantizados, vistos como belos ou, ainda, que devam ser utilizados para argumentar que a ausência do Estado não importa. São experiências que, por vezes, questionam os limites da dignidade humana.

É dessa perspectiva que se forja o enquadramento interpretativo de quase todos os atores estudados. Com exceção da parcela conservadora dos evangélicos, o que dá sentido à ação das pessoas inseridas nesses grupos é a compreensão da existência do “nós”, isto é, pobres que moram nas margens dos grandes centros urbanos, e do “eles”, o Estado e a elite que o apoia. Portanto, perceber o que lhes falta faz parte da memória e da história dos que estão nas favelas e periferias das cidades e isso acaba por lhes conferir uma identidade coletiva, comum a todos. O que varia, de ator para ator, são seus repertórios de ação.

No caso do PCC, suas estratégias de confronto se destacam pelo seu caráter pouco convencional. O método da facção não se dá por vias legais, mas pelo crime. Ela reivindica o monopólio da violência dentro dos territórios onde atuam. Foi assim que o PCC, no caso paulista, se tornou responsável pela queda significativa dos índices de homicídios no Estado de São Paulo. Para ele, não faz sentido a existência de conflitos internos, se todos estão do mesmo lado do confronto. Por isso, a organização criminosa desenvolveu o que os irmãos<sup>4</sup> chamam de “ética do crime”. Não é permitido matar sem razão ou disputar pontos de drogas<sup>5</sup>. Todas as regras estão descritas em estatuto próprio e, em caso de descumprimento, os tribunais do crime assumem a função do julgo. Desse modo, o PCC emerge nas favelas e periferias onde atua, não como um grupo autoritário e muito menos como um grupo democrático, mas como uma alternativa de acesso à renda e à justiça (FELTRAN, 2018).

O Movimento das Mães de Maio consiste em um grupo de mulheres que tiveram seus filhos mortos pela violência policial. “Nossos mortos têm voz” é seu principal lema. Essas mulheres reivindicam justiça pela morte de seus filhos e passaram a se organizar depois do episódio que ficou conhecido como os Crimes de Maio de 2006. O método utilizado é diverso. O movimento funciona como uma rede de apoio que se soma a entidades defensoras dos direitos humanos, tanto em níveis nacionais como internacionais, e a outros movimentos sociais. Desse modo, as Mães de Maio promovem protestos, ações jurídicas, participam de eventos, dentre outras ações (ASSUMPCÃO et al., 2018).

Os coletivos de *rap*, por sua vez, se apropriam da expressão artística como método de ação. Portanto, confrontam o Estado a partir das letras musicais de suas rimas. É comum, ouvir menções ao PCC, às mães que perdem seus filhos, à violência policial, aos evangélicos, quando se escuta um *rapper* cantar. Suas produções têm o objetivo de denunciar as opressões pelas quais as pessoas que moram às margens dos grandes centros urbanos estão acometidas e se fazem de maneira independente das grandes indústrias fonográficas (GARCIA, 2018). Esses

<sup>4</sup> Assim são chamados os que passam a fazer parte do PCC (FELTRAN, 2018).

<sup>5</sup> É essa disputa que faz com que, em algumas favelas e periferias do Brasil, onde não há intervenção do PCC, as taxas de homicídios sejam mais altas que no Estado de São Paulo. Ainda assim, é preciso trazer para esse debate que, nesses territórios, há muita ocorrência de homicídio por intervenções policiais (FELTRAN, 2018)

atores se posicionam, portanto, ao lado das favelas e periferias, no confronto político entre esses territórios e o Estado.

Sobre os evangélicos, parti de alguns pressupostos. O primeiro deles diz respeito à existência de uma dimensão maior das relações existentes entre religião e política, que ultrapassa os marcos territoriais das favelas e periferias de São Paulo. O segundo tem a ver com a pluralidade desses atores. Os espaços de atuação dos evangélicos têm sido cada vez mais disputado internamente (GARCIA, 2018). Embora eles estejam representados, dentro dos espaços de decisão, majoritariamente, por figuras conservadoras, existe uma outra parte desse grupo, reivindicando direitos sociais mais inclusivos e buscando desassociar suas imagens do fundamentalismo. Por isso, também pressuponho a existência de uma diferença, que não só constitui duas faces da mesma moeda como também expressa projetos políticos distintos. Finalmente, pressuponho que os evangélicos conservadores tendem a defender um projeto político neoliberal, orientado por uma moral cristã, ao passo em que os não conservadores defendem a importância da participação social. Contudo, tanto um quanto outro estão conectados às redes sociais existentes no universo das favelas e periferias dos grandes centros urbanos e, em alguns momentos, chegam até a se confluir.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPCÃO, Raiane. SILVA, Valéria de Oliveira. GOMES, Aline Rocco. “Na contramão da narrativa oficial: vozes das vítimas dos Crimes de Maio de 2006” In: *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 41, 2018, pp. 334-349.

AZEVEDO, Rodrigo G. de. CIFALI, Ana Cláudia. “Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pósneoliberal” In: *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 1, 2015, pp. 105-127.

DAGNINO, Evelina. “Cultura, Cidadania e Democracia: A Transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-Americana” In: *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, pp. 61- 102.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto J. PANFICHI, Aldo. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina” In: *A disputa pela Construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 13-69.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise sobre da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Mestrado). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 2014.

GARCIA, Walter. “Um mapa das relações entre o rap das periferias de São Paulo e o samba” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 70, 2018, pp. 208-229.

MACHADO, Carly. “Evangélicos, mídias e periferias urbanas: questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo” In: *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 19, n. 33, 2018, pp. 58-80.

SINHORETTO, Jaqueline; LIMA, Renato Sérgio de. “Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime” In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2015, pp. 119-141.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editores Vozes, 2009 [1998].